

## **Colonizando a mata, descolonizando a relação com a natureza e construindo novos caminhos**

**Silvana Vieda Hermes**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

### **Resumo**

A colonização da região sul do Brasil foi estabelecida por empresas privadas que usufruíram das concessões realizadas pelo Estado, o objetivo era povoar o “sertão” e levar a “civilização” e o progresso. Em meio a essa perspectiva os danos causados às florestas da região foram catastróficos, o meio ambiente sofreu e sofre na atualidade por atividades e manejos impensados. As sociedades primitivas também foram alvos desse progresso civilizador, tendo que se realocar ou se estruturar nas novas regras que se estabeleciam. Este trabalho analisa também as relações de territorialidade e pertencimento estabelecidos pelos atores demográficos que fizeram e ainda fazem parte desse território. Buscando uma forma de solucionar alguns desses problemas causados ao longo dos séculos, novas formas de organização, preservação e uso das florestas são analisadas e colocadas em prática, a fim de resgatar a biodiversidade, amenizar as desigualdades sociais e culturais de culturas tradicionais, ONGs e demais órgãos responsáveis que apostam nas agroflorestas, florestas ambientais e culturais como parte do processo de restauração.

**Palavras-chave:** Colonização; Territorialidade; Desmatamento; Agroflorestas.

### **Resumen**

La colonización de la región sur de Brasil fue establecida por empresas privadas que aprovecharon concesiones hechas por el Estado, el objetivo era poblar el “sertão” y traer “civilización” y progreso. En medio de esta perspectiva, el daño causado a los bosques de la región fue catastrófico, el medio ambiente sufrió y sufre actualmente debido a actividades y manejo irreflexivos. Las sociedades primitivas también fueron blanco de este progreso civilizador, debiendo reubicarse o estructurarse según las nuevas reglas que se establecen. Este trabajo también analiza las relaciones de territorialidad y pertenencia que establecen los actores demográficos que formaron y forman parte de este territorio. Buscando una manera de solucionar algunos de estos problemas causados a lo largo de los siglos, se analizan y ponen en práctica nuevas formas de organización, preservación y uso de los bosques, con el fin de rescatar la biodiversidad, aliviar las desigualdades sociales y culturales en las culturas tradicionales, ONG y otros responsables. organismos que invierten en actividades agroforestales, ambientales y culturales como parte del proceso de restauración.

**Palabras-clave:** Colonización, Territorialidad; Deforestación; Agrosilvicultura

## **1. Colonizando a mata, descolonizando a relação com a natureza e construindo novos caminhos**

### *1.1 Como eram vistas as terras do sul do Brasil antes da colonização*

O termo “sertão” já discutido e analisado por diversos pesquisadores é fundamentado em questões específicas de cada região, porém, utilizado pelos portugueses para definir uma região sem ocupação humana ou com pouca habitação, desde o período da colonização do Estado Brasileiro. Naquele momento o sertão passou a ser visto como algo negativo dentro da colonização, o espaço desconhecido era amedrontador.

Marlon Brandt nos chama a atenção com a análise do texto de Janaína Amado dizendo que os sertões seriam:

“terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente. (Brandt, 2012, p. 34).

Sendo assim, a ideia de sertão é colocada como um espaço ou uma região afastada do litoral. O interior do país, ou o “sertão” como assim o chamavam era ainda algo desconhecido e assombroso, precisaria ser explorado e dominado.

No atual Estado de Santa Catarina antes da colonização ser efetivada por imigrantes ou migrantes de povos europeus a região também era denominada “sertão”, onde o espaço também não era visto como civilizado. Habitado por povos ditos primitivos e sem “organização”, o território era alvo de caçadores, extrativistas e criadores de gado, os quais não eram vistos pelos governantes como pessoas que conseguiriam transformar aquelas terras em uma região civilizada e habitável. Brandt nos diz que:

Nesse sertão, as condições de vida, vistas como “primitiva e sem falta de organização” assumiam um aspecto permanente. Não eram assim o criador de gado dos Campos e nem os moradores da floresta capazes de transformar a região em uma paisagem cultural, tornando-a acessível à civilização. (Brandt 2012, p. 35).

Brandt, parafraseando Paul Claval, nos esclarece a ideia de humanização e selvageria e nos leva a entender como o homem evoluiu, sendo necessário planejar os limites no espaço.

A institucionalização social do espaço, para Paul Claval, leva o homem “a traçar limites. Estes separam o selvagem, o natural, o humanizado e o habitado, a floresta e a charneca, o campo e a cidade, o sagrado e o profano”. A construção e

instituição desses limites marcariam uma divisão entre a natureza selvagem e o espaço civilizado, compartimentando o espaço, pois “este é feito de conjuntos que diferem por suas qualidades” (Brandt 2012, p. 35).

Ainda analisando a ideia de sertão colocado pelo europeu, esse lugar passava a ser um local selvagem. Essa perspectiva envolve a exaltação das “virtudes pioneiras e práticas agrárias” levando a ideia de descaracterização ou invisibilização de ocupações anteriores do espaço por outras sociedades. Essa ideia serviu como justificativa para a expansão da civilização em áreas que eram consideradas “vazias” em termos demográficos. Assim, os povos que já habitavam a região, indígenas e caboclos eram frequentemente negligenciados. Visão que era comum durante a expansão ocidental, que desconsiderava formas alternativas de uso e apropriação da terra, que não se alinhavam com os padrões europeus, como o desmatamento, a agricultura e a criação de animais.

Brandt, em Keith Thomas, nos relata que, a agricultura é vista como uma transformação da natureza através da cultura e a terra não cultivada está associada à falta dela. Isso reflete a mentalidade da época, onde o valor atribuído à terra estava intrinsecamente ligado às práticas agrícolas europeias.

Em análise aos mapas da época, Brandt nos chama a atenção para uma visão dividida do espaço.

Nos mapas, o sertão aparece com poucas informações, o que reforçava uma visão dividida do espaço. No litoral são indicados diversos rios, morros, praias, vilas, povoados e caminhos, enquanto o vazio de informações predomina continente adentro. De um lado a civilização, de outro o desconhecido, o bárbaro. Inventariando e apontando os lugares onde viviam os europeus, reforçava-se também com essas imagens os “vazios” desconhecidos, que deveriam ser explorados e ocupados pela “civilização”. Seriam assim esses mapas também uma forma de apropriação simbólica desses territórios. (Brandt 2012, p. 36).

Na questão ambiental, o “sertão” era tomado por uma vegetação diversa e com usos comprovados pelas populações que ali já habitavam e sobreviviam dele, deixando vários vestígios dessa forma de vida e sobrevivência, as quais acabavam interferindo na floresta, fosse nas queimadas ou pelas plantações realizadas, diversificando ainda mais as espécies existentes. Os europeus ao chegarem também fazem sua contribuição a essa diversidade.

A ocupação pelos europeus e a introdução diversas plantas e animais que compunham a sua “biota portátil”, ao encontrarem no novo continente um espaço que lhes permitisse se auto-reproduzirem, graças a ausência, ao menos em um primeiro momento, de um número significativo de predadores e de doenças, foram os responsáveis por diversas transformações no ambiente continental. (Brandt 2012 p. 38).

Juntamente com os europeus, também vieram, além de várias espécies de vegetação, a introdução de animais que foram os responsáveis pelo comércio intertribal, como coloca Brandt analisando a obra de Buarque de Holanda. A introdução do gado bovino e equino, aproveitando principalmente os Pampas da região platina, tomando conta da região, as reduções jesuíticas que também auxiliaram para esse avanço. Com isso, pode-se perceber a modificação causada no ambiente natural da região.

A quantidade de animais introduzida e sua reprodução promoveram profundas transformações no ambiente natural da região. A mudança na composição vegetal da região a partir da introdução do gado pelos europeus é mencionada por diversos autores, como Pierre Deffontaines, para quem o pisar contínuo do gado alterou, pouco a pouco o tipo das pastagens, que também passaram a se empobrecer com a introdução de espécies exóticas, além da compactação de solo que esse trânsito de animais pode realizar, enquanto as espécies animais nativas foram alvo não apenas da perda das melhores pastagens, mas também de parasitas trazidos pelos novos animais. (Brandt, 2012 p. 39).

A questão social e econômica da época era mantida pela criação e comércio do gado, fossem eles para o transporte, para a tração ou para o consumo alimentar, um dos fatores para o aumento significativo na criação desses animais é a descoberta do ouro no sudeste e na região central do Brasil, esses animais tornam-se cada vez mais importantes para a economia.

Estes se tornaram cada vez mais importantes para o transporte de ouro e mercadorias nas regiões e cidades que surgiam da mineração. Criou-se assim um mercado de consumo, no qual as vacarias do sul possuíam condições de fornecer animais visando o abate e transporte de bens, utilizando, neste caso, principalmente muare que carregavam mercadorias em tropas de cargueiros. (Brandt, 2012, p. 42).

Pode-se definir que a grande circulação desses animais para suprir a demanda da região central do país ou da região sudeste, foi uma das responsáveis pela fundação de novas vilas e povoados ao longo do caminho, fazendo com que a economia se desenvolvesse cada vez mais e contribuindo com as intenções da metrópole de efetivar a ocupação dessas terras. Surgindo neste contexto os bandeirantes paulistas, responsáveis por abrir caminhos por terra que levasse o gado do Rio Grande do Sul a Curitiba e de lá serem transportados para as minas. Ao longo desses caminhos abertos e percorridos, foram se formando os chamados “pousos”, onde as tropas faziam paradas para pernoitar e descansar.

Brandt (2012, p. 53) nos reforça isso dizendo que:

Com o passar do tempo essas paradas foram se tornando fixas, sendo que “no início de cada caminhada, já se estabelecia como objetivo atingir, no final da tarde, o pouso seguinte”. Neles, os animais poderiam invernar, ou seja, encontrar uma pastagem para se recuperar e engordar antes de prosseguirem viagem a Sorocaba. Pousos que, através do surgimento de invernadas e fazendas, deram início ao povoamento dos “Campos das Lagens”, a área mais meridional do território paulista, que compreendia uma imensa área que, partindo do “Sertão de Curitiba”, chegava até o rio Pelotas, na atual divisa entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Com as atividades pecuárias que vão surgindo e aumentando nos Campos Gerais e no Rio Grande do Sul, vai expandindo a formação de fazendas nos campos catarinenses, surgindo e prosperando, levando a instalações de novos habitantes na região.

Brandt (2012, p. 58) analisando os relatos de Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras nos esclarece essa questão.

O terreno hé admiravel não só para se fundarem muitas Fazendas de Gados mas tãobem para cultivar todo o Genero de frutos, alem disto se seguem utilidade de acudir aos moradores daquelle Certão com a administração dos Sacramentos por estarem aly vivendo muitos que se retirarão do Rio Grande de São Pedro, e outros criminozos que se refugiarão por aquellas partes, e estão vivendo nos mesmos crimes, e distantes de Curitiba, que hé a Freguezia que tem mais perto, mais de cem legoas pela estimativa dos viandantes. Tão bem se segue à utilidade de ficar este Certão corespondente a Villa da Laguna, que está na borda do mar, e em cazo de ataque ficarão os Povoadores da Serra-acima não só a ponto de decerem a socorrer aquelle porto, mas tãobem de deffenderem o passo da serra a quem intente forçal-o pelo interior do Paiz. Os campos da Vaccaria estão vezinhos; não ha nelles deficuldade alguma emté as Missões [...].

Diversas foram as incursões realizadas pelo governo para adentrar ao “sertão” e povoar esses locais, além do comércio de tropas para continuar o comércio que já se tinha, outros interesses como investigar e analisar se estas terras guardavam outras riquezas, o objetivo de povoar para tomar posse e não correr o risco de perder território para a coroa espanhola e também manter o controle das populações indígenas da região.

Uma nova ocupação se dá a partir dos Campos do Planalto, iniciando com a formação de fazendas, com um número de pessoas aumentando cada vez mais, o fluxo migratório vindo de outras regiões do país também chama a atenção e auxilia com a diversificação cultural, havendo neste momento uma troca de conhecimentos e técnicas que serão transmitidas de geração para geração, entre elas infelizmente a maneira de lidar com a terra, sem preservação e sem cuidados sustentáveis.

### *1.2 Precisavam ocupar, precisavam povoar, quem foram os escolhidos?*

As terras ao Sul do Brasil precisavam ser ocupadas, precisavam ser povoadas, era necessário que se efetivasse a posse das terras desta região. É na Europa que o governo imperial encontra as pessoas para tal missão, os primeiros a virem para a nova pátria são os alemães.

Os primeiros a chegarem ao Brasil, os alemães, se direcionavam principalmente para a região do Rio Grande do Sul, encantados pelas propagandas do governo brasileiro, esperançosos por poderem obter terras para seguir suas vidas e prosperar. Nas propagandas veiculadas, a ajuda do governo brasileiro seria de grande valia. Povoar uma região que ainda era mata fechada, mata virgem e com muitos desafios a serem cumpridos, desafios esses, aos quais os alemães recém chegados não estavam acostumados e não esperavam encontrar. A grande maioria vinha de áreas de cultivo já organizadas, não sabiam como fazer diante da mata que encontravam, era necessário derrubar a mata, limpar a área para só então poder plantar. Tiveram que aprender tudo, daqueles que chegavam, nem todos eram agricultores o que dificultava ainda mais o trabalho.

A imensidão e a diversidade da floresta era extraordinária e ao mesmo tempo assustadora causando medo e fascínio aos recém chegados. Infelizmente essa imensidão e diversidade vai aos poucos sendo alterada, levando a devastação, a destruição da floresta e ao domínio e expansão das terras sulinas do país, movimentando várias outras áreas com as relações econômicas e sociais, acabando com a natureza ou com o “atraso da região” como era justificado pelos governantes. Juliana Bublitz em seu artigo Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul nos ajuda a entender melhor essa questão:

Ano após ano, os descendentes dos pioneiros conquistariam extensões cada vez maiores, ultrapassando, inclusive, os limites da província. Em sua diáspora por novas terras, os homens-fronteira promoveriam não apenas mudanças na paisagem, mas também alterações de ordem econômica e social na província e no Estado. O lócus dessa revolução foi a mata, e o seu objetivo maior, sem dúvida, acabou sendo a eliminação dessa vegetação, considerada sinônimo de caos, de selvageria e de atraso. Sintomaticamente, os colonos derrubaram a floresta para tornar a nova terra semelhante à antiga. (Bublitz, 2008, p. 324)

Diversas foram as dificuldades encontradas pelos primeiros colonos, mas o processo de colonização precisava ser vencido e vamos encontrar um “desmatamento civilizador” pela frente, algo se fazia necessário para a sobrevivência desses povos que ali eram trazidos e deixados à própria sorte. Segundo Bublitz no relato de Carl Friedmund Niederhut (1924, p. 40-41) nos diz:

Vinham exaustos por uma longuíssima e penosa viagem de mezes e mezes em barcos de vela, sem conforto, com alimentação deficiente, vítimas do enjôo e da

falta de recursos. Quando aqui chegavam viam-se numa terra inculta e bravia, coberta de densas e impenetráveis florestas [...] (Bublitz, 2008, p. 325 )

Além da viagem penosa, da distância, da falta de alimentação decente e do momento de incertezas, o pior ainda estava por vir, ao descobrir as terras das quais poderiam desfrutar, as quais deveriam colonizar. A mata era amedrontadora e totalmente diferente do que as que estavam acostumados na Europa, a diversidade era tamanha, dificultando ainda mais a estadia e a forma de trabalho desses recém chegados, a mata era quase impenetrável, repleta de emaranhados e espinhos, muitos vales, morros, barrancos, um relevo acidentado que dificultava cada vez mais o acesso dos colonos. Assim vai se abrindo a mata, as picadas ou travessas como também chamavam a forma de adentrar, próximos dos rios eram erguidas as primeiras formas de sobreviver, tomando posse das terras que lhes foram designadas.

O relato de um descendente de colono alemão analisado por Gressler e relatado por Bublitz deixa claro que as dificuldades, o medo, o sofrimento e o desengano eram as maiores dificuldades encontradas, os colonos tornaram-se escravos das terras que tanto sonharam e viam como uma conquista.

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal, não foi possível realizá-los de pronto. Haviam-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois si eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lutar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornar-se senhor de suas rendas e homem livre [...] Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois faltava-lhe o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumado. (BUBLITZ, 2008, p. 326)

Porém não eram só esses os problemas encontrados e vivenciados pelos colonos alemães, os animais selvagens e os indígenas que já habitavam a região tornaram-se também barreiras para uma boa estadia e fixação, nos relatos encontrados da época ficam claros os choques ocorridos entre eles. Os animais rondavam e atacavam as redondezas das casas, colocando em risco a vida das famílias, matando os cachorros que ali estavam. Com os indígenas, os confrontos não foram diferentes, ainda segundo os relatos, diversos foram os colonos mortos pelos kaingangs. A represália realizada pelos colonos aos indígenas não foi pacífica, como podemos notar na citação abaixo de Jahn (1871, p. 8-9) é analisada por Bublitz.

Quando em 1832 os habitantes da Picada Dous Irmãos forão extraordinariamente incommodados pelos indígenas selvagens, resolverão quatro moços robustos e

corajosos estabelecer-se nos fundos dos primeiros dezesseis prazos coloniais da ala de Leste da dita Picada, e ali fundarão a Linha denominada: Quatro Colônias, constituindo-se assim uns baluartes contra aqueles indígenas [...] Passados os anos, não havia mais o que recear de taes selvagens. (BUBLITZ, 2008, p. 328).

Mas os ataques aconteciam de ambos os lados, os indígenas atacavam as propriedades coloniais, saqueavam, sequestravam e matavam os colonos. Diversos foram os relatos desses embates ocorridos, ainda assim, ambos continuavam na mesma mata, por razões diferentes, mas continuavam a luta pela sobrevivência.

Assim os colonos foram vencendo a mata, adentrando e se tornando o “dono das terras”, aquele que era merecedor de tudo que havia conquistado a duras penas. Aos indígenas que ainda sobreviviam em meio à devastação e destruição de seu habitat natural, restava adentrar mais na mata, até que o “progresso” não chegasse novamente.

Outro ponto que auxilia nas conquistas é a questão religiosa, católicos ou protestantes fervorosos, viam na fé uma forma de continuar e de resistir, estabelecendo crenças e dando maior dinamismo a sua cultura. Missas ou cultos eram rezados para celebrar a suas vitórias, a cada picada aberta ou a cada início de uma derrubada da mata era motivo para agradecer e celebrar.

No entanto, o trabalho duro só estava começando e a pressão exercida pelo governo era assustadora. Os colonos tinham o tempo de 2 anos para limpar a área e plantar, correndo o risco de perder as terras. O governo lhes concedia algumas ferramentas de trabalho para auxiliar, mas muitas dessas ferramentas os colonos não conheciam e não sabiam utilizar, o que dificultava ainda mais a situação. Os colonos estavam à própria sorte, sem condições decentes de estadias, sem ferramentas ou sem saber utilizá-las, correndo contra o tempo estabelecido. Para a derrubada da mata ou de uma única árvore era às vezes um dia inteiro de trabalho como podemos constatar no relato do alemão Carl Seidler, destacado por Bublitz.

Em primeiro lugar, há que derrubar os formidáveis troncos de árvores, que se apresentam densamente juntos [...] Já isso é um trabalho gigantesco, pois a madeira, notadamente a de uma espécie chamada pau ferro, é tão dura que a cada machadada saltam chispas de fogo e às vezes se gasta um dia inteiro num único tronco. Quando por fim se tem roçado uma certa área, amontoam-se os troncos e ateia-se fogo. Mas também acabada a fogueira pode-se logo começar a plantar e a construir. (Bublitz 2008, p. 332)

Com o passar dos tempos, as técnicas vão sendo aprendidas e começam a auxiliar, o que o colono não tem conhecimento é que as técnicas colocadas em prática sem controle acabam sendo maléficas ao solo, muitos iniciaram sua agricultura da mesma forma que praticavam na Alemanha,

porém, as terras brasileiras eram diferentes e necessitavam de técnicas diferentes e o tempo correto para fazer. A coivara por exemplo era uma das técnicas que, se deveria ter muita atenção, caso contrário o prejuízo era tamanho.

Os perigos estavam em todos os passos realizados pelos colonos, os animais selvagens, os indígenas, a mata totalmente fechada, a falta de conhecimento e domínio de algumas ferramentas, a falta de condições dignas de moradia, alimentação, vestimentas adequadas para as estações do ano, falta de conhecimento das técnicas agrícolas que deveriam ser estabelecidas na nova terra, a falta de conhecimento das sementes as quais eram obrigados a plantar, o risco de serem esmagados por um tronco caindo ou de ver um de seus filhos ou parentes serem mortos desta forma. Muitos colonos acabavam também abandonando as terras e desistindo da labuta.

Os que insistiram no penoso trabalho foram construindo uma identidade própria, e assim reconstruindo sua etnia, com características dominadoras como é possível perceber nas palavras do viajante alemão Robert Avé-Lallemant (1980, p. 55) e reproduzidos por Bublitz.

Assim vencem, trabalhando, esses pioneiros da disciplina, da laboriosidade e dos costumes alemães, penetrando cada vez mais nas selvas, de elevação em elevação, de vale em vale, de serra em serra, de rio em rio! [...] Essa é a missão dos alemães, o seu dever, a sua vontade; que Deus os ajude a realizá-la! (BUBLITZ, 2008 p. 55).

Assim os colonos alemães passam a ser vistos como os responsáveis pela colonização civilizatória do Rio Grande do Sul, derrubando, transformando, plantando e resultando em área “civilizada” por seu esforço, fé e dedicação.

Bublitz, analisando os escritos de Roche, contribui para entendermos que a mata dominada pelos colonos alemães passou a ser uma fronteira aberta, podendo agora ser também aproveitada pela elite latifundiária regional que precisava de terras para sua fonte de renda maior, o gado. “Não foi à toa que esses imigrantes adquiriram a reputação de excelentes “fabricantes de terra” (ROCHE, 1969). (BUBLITZ, 2008, p. 337).

Com o passar dos anos, a terra também passou a ser aproveitada economicamente pelos alemães, com o comércio da madeira, que a partir do século XIX passou a ser uma das principais fontes de economia. A terra era tão abundante que quando não produzia mais era vista como “terra cansada”, “terras velhas”, as quais eram abandonadas. A autora faz ainda uma análise com as preocupações, ou a falta delas para com o meio ambiente. Sem preocupação nenhuma com o meio ambiente ou com a área devastada até que se tornasse improdutiva ou fossem tomadas pelas formigas como o relato abaixo de José Joaquim Rodrigues Lopes (1867).

Fatal é por sem dúvida o *systema* geralmente seguido das derrubadas do matto em busca dos terrenos de maior uberdade, porque faz esquecer a cultura permanente pelo roteamento e adubo do solo. Infelizmente ainda aqui se acha vulgarizada a blasphemia e insulto à natureza ao dizer – abandonemos as terras cançadas – cançadas estão ellas somente na imaginação de quem ignora os preceitos da agricultura. Que conseqüências não acarreta uma tal prática! Uma dellas, sem dúvida, é serem as chamadas terras cançadas invadidas pelas formigas, que, estabelecendo alli suas infindas republicas, partem depois em columnas cerradas e invadem as plantações visinhas. (Bublitz, 2008, p. 338).

Muitos desses colonos ou seus descendentes acabaram abandonando essas terras cansadas e migrando para o novo pólo de colonização no Oeste do estado de Santa Catarina, onde as empresas colonizadoras foram as grandes responsáveis em povoar a região que ainda era mata.

### *1.3 O Oeste catarinense e a devastação sem limites com a colonização*

Antes da colonização, a região do Oeste catarinense era uma floresta com alta diversidade biológica, formações florestais nativas como: Floresta Ombrófila Mista, as Araucárias, Floresta estacional decidual e diversas outras espécies que faziam parte do bioma da região.

Nas considerações feitas por Eunice Sueli Nodari no artigo intitulado Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental, nos adverte sobre a importância do tema, muito pouco discutido e estudado. A autora faz uma conversa com diversas outras obras que já realizaram estudos sobre a questão ambiental do nosso país, mas dá ênfase a questão da migração dos colonos do Rio Grande do Sul no século XX, as empresas colonizadoras, madeireiras e serrarias que vão se fazer presentes na devastação do meio ambiente visando o lucro, sem a preocupação com reflorestamentos ou com o fim definitivo da grande mata que encontraram quando chegaram. A autora faz um apelo aos historiadores, para que pesquisem, escrevam sobre o tema, para que as gerações futuras saibam o mal que seus antepassados realizaram contra um bem natural, embora muitos não tinham noção do mal que viriam a causar diante de tanta abundância encontrada.

O apelo de Nodari aos historiadores está ligado ao que se encontrou de crítica para os primeiros estudiosos que falaram sobre o assunto, mas que com o passar dos tempos se percebeu sim a relevância e a necessidade de se pesquisar cada vez mais sobre.

Ao analisar os estudos de John MacNeill em seu artigo: “Observações sobre a natureza e a cultura da história ambiental”, percebe-se que o autor dá ênfase ao assunto e divide a história ambiental em três aspectos que deixam mais claro o entendimento.

1º Aspecto: Material, preocupa-se com as mudanças ambientais físicas e biológicas e como isso afeta o ser humano.

2º Aspecto: Cultura intelectual, as representações e imagens da natureza nas artes e na literatura, as mudanças e as produções realizadas na natureza pela ação humana.

3º Aspecto: Político, como as leis se estabelecem ao mundo natural.

Outro autor citado e estudado por Nodari é Donald Worster, um dos pioneiros neste assunto e que também nos apresenta mais três aspectos a serem observados.

1º O entendimento da natureza por ela mesma, seus ciclos naturais.

2º Questão socioeconômica, no sentido de que existem aí grupos que usufruem da natureza (indígenas e caboclos) mas não a destroem.

3º Ação do homem para a destruição, "puramente mental ou intelectual" visando o lucro, as empresas colonizadoras, as serrarias, as madeireiras que se instalaram ao longo da colonização.

Shawn William Miller também deixa suas considerações na obra “Uma história ambiental da América Latina”. Onde precisamos pensar nossa história de forma diferente, analisar como nossos conquistadores pensavam. Precisamos pensar, discutir e achar soluções para as questões da natureza. Pois essa passa a ser uma questão arriscada para a história humana.

Outros autores como Regina Horta que faz uma análise dos escritos de Miller nos leva a fazermos uma comparação com o Brasil Colonial, onde o homem que chega precisa sobreviver, ele não tem a intenção de destruir, diferente dos colonos do século XX que são trazidos por empresas e madeireiras que vem em busca de lucro, dando início a devastação e a destruição. O que não se deve é claro generalizar, cada região teve momentos distintos, tempos e modelos diferentes, variando muito de uma região para região.

Nodari (2010, p. 138) também faz uma interpretação dos relatos de viagens do então presidente (governador) do estado de Santa Catarina ao Oeste do estado.

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Herval que irrompem na pequena roçada feita para a picada. Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Deste caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobriga um pedaço de céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento.

No relato é possível perceber que a floresta é descrita como uma coisa bela e impressionante, com árvores gigantes e densas, falando da beleza do cedro e dos demais tipos

existentes na região. De acordo com a descrição, dá a impressão de que a floresta é um lugar misterioso e ao mesmo tempo fascinante. Consegue-se perceber uma crítica ao homem quando ele relata a picada feita, que é pequena e insignificante, não sendo capaz de mudar ou alterar a floresta.

Ao descrever a floresta como um lugar revestido de misteriosidade nos transporta a uma outra realidade, diferente da que vivemos hoje, no mesmo espaço.

O levantamento recente da porcentagem ainda existente dessas florestas é assustador, da FED ( Floresta Estacional Decidual) existem apenas 3%, o desmatamento para diversos fins foi devastador, o que hoje preocupa pesquisadores e cientistas ambientais.

Mas os grandes responsáveis por esse desmatamento foi o “progresso colonizador”, alemães e italianos foram os primeiros escolhidos, esses, já estavam acostumados ao padrão de colonização das terras do Rio Grande, junto às propagandas das florestas e da ideia de poderem recriar suas práticas socioculturais. O dono da empresa de colonização Ernesto Bertaso não poupou elogios e propagandas para realizar a colonização na região Oeste do estado, em carta direta ao exterior enfatiza a riqueza do estado e o quanto se pode lucrar com ele. Os colonos que ali chegavam utilizavam a madeira para diversos fins em suas propriedades recém compradas ou em construções necessárias para sua localidade.

Nodari faz uma análise também dos estudos de Maria Rohde, auxiliando para entender o por que de tanta devastação em um curto espaço de tempo. Após a efetivação da colonização da região todos, exatamente todos utilizavam a floresta e faziam dela uma fonte de renda inesgotável. O colono utilizava para suas construções e plantações, posteriormente iniciava a venda do seu excedente para obter lucro. As empresas colonizadoras agora estão apenas preocupadas em fazer a retirada das madeiras e aguardar o período das cheias para que os balseiros possam transportá-las e entregá-las ao principal comprador, a Argentina, país com o qual já faziam comércio desde o período de colonização das terras do estado do Rio Grande do Sul. Agora com tanta abundância florestal no oeste catarinense, logo também vão se instalar as madeireiras, as serrarias, as olarias e também a criação de cooperativas. Os contratos de compras das terras já vinham com cláusulas específicas da utilização das árvores que faziam parte daquela terra comprada, a qual seria de utilização da empresa colonizadora, ali estavam a ganância maior, a destruição sem medida e o não se preocupar com o que poderia acontecer com as gerações futuras.

A preocupação dos governos, federais, estaduais e municipais era apenas a colonização, o povoamento da região, o que levavam as concessões sem limites às empresas nacionais e internacionais para a exploração, sem limites e sem leis a serem cumpridas na questão do

desmatamento, pelo contrário, a isenção de pagamentos de impostos eram usufruídos pelas empresas exploradoras.

O desmatamento sai do controle e leva a aniquilação da floresta, tanto que em 1938 Nereu Ramos, interventor federal, decreta uma lei para a defesa do patrimônio florestal, a lei estabelecia o replantio das espécies de valor econômico e as empresas deveriam manter viveiros de mudas florestais, foi criado também o Instituto Nacional do Pinho com representantes dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Infelizmente as leis não foram cumpridas, o desmatamento desenfreado continuou levando a escassez das madeiras. Só em 1960 com o esgotamento das madeiras é que as empresas vão se preocupar em reflorestar. Antes disso os donos das serrarias e madeireiras se organizavam em prol de seus interesses, buscavam a melhoria dos preços dos mercados consumidores, organizando a criação de cooperativas a fim de lutar pelos interesses das empresas madeireiras dos mesmos estados. Mas a diminuição muito rápida de matéria prima para a exportação leva ao fechamento de diversas empresas.

Assim o homem ganancioso acaba com a maior floresta do oeste catarinense, sem se preocupar com o seu próximo, em nome do progresso e da obtenção de lucros particulares das empresas e empresários da época que já haviam se tornado ricos o bastante para não mais se preocupar com a questão ambiental.

#### *1.4 As relações sociais, as relações com a natureza e o processo colonizador*

As relações sociais e as atividades desenvolvidas diariamente pelo homem estabelecem as suas relações com a natureza e com o grupo ao qual faz parte do seu meio, levando em consideração a territorialidade e o território ao qual estão inseridos, a territorialidade é fundamental para se construir uma identidade social, para que esses grupos possam se organizar ou se reorganizar, estabelecendo um pertencimento territorial do espaço que compartilham, onde suas origens e sua cultura possam levar a um caráter inclusivo, outra característica da territorialidade, estabelecendo relações e relacionamentos de convivência mútua.

Para que esses grupos construam essa territorialidade, Brandt, citando Little (2002) nos esclarece que é necessário que esses grupos se identifiquem com o ambiente e com os indivíduos que compõem esse espaço, construindo um território coletivo. A utilização da terra ou do espaço a que pertencem, têm significados coletivos, passando a ser o seu território de pertencimento, dando essência ao lugar onde estão convivendo e se organizando.

Para que essa territorialidade se torne uma rede de relacionamentos e sociabilidade, os grupos envolvidos devem seguir normas, hábitos e costumes que não venham a prejudicar os demais e sim possam estabelecer relações consensuais, as quais geralmente são transmitidas de geração para geração, relações fundamentais da cultura, a qual, é o resultado de vivências e de convivências de um povo ou de um grupo que determinará as práticas a serem seguidas, sendo assim, a territorialidade é o resultado do processo de ocupação do espaço, das relações estabelecidas entre o homem e o meio onde está inserido.

Na região Sul do Brasil, podemos entender que também foi estabelecida uma relação de territorialidade a partir da sua fase de povoamento e colonização. Habitada por séculos por diversos grupos indígenas, transformando-se territorialmente e socialmente. A partir do século XVIII a região passou a contar com uma expansão econômica, a criação de gado e o transporte que interligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, surgem as primeiras fazendas de criação de gado. Levando a interiorização do território, sendo estabelecidas a agricultura e a criação de gado, iniciando a comercialização da produção através da troca de mercadorias com os tropeiros e comunidades vizinhas. Brandt analisando Renk (1997) explica como se dava a utilização dessas terras, ‘denominadas como “roça cabocla”, onde adotavam uma prática costumeira de dividir as terras em “terras de criar” e “terras de plantar”’. Prática que consistia em usufruir da terra sem precisar destruí-la, apenas retirando dela o que fosse necessário para a sua subsistência.

Com o aumento das populações nessas áreas de florestas, o contato com os demais grupos e a troca de experiências se fez necessário para a sobrevivência e convivência. A população cabocla que vivia desta e (nesta) floresta, também estabelecia um sentimento de identidade enquanto grupo, desenvolvendo seu pertencimento a esse local. As relações estabelecidas pela população rural que habitava este espaço eram de amizade e ajuda ao próximo, trocando favores e auxiliando desde a plantação até a colheita, levando a socialização em todos os momentos, fossem eles relações festivas ou de realização de trabalhos.

Esses momentos logo foram postos a prova, logo não seriam mais possíveis de acontecer, ou dariam lugar a um novo modo de viver e de socializar. As terras chamadas pelo estado de terras devolutas se intensificaram a partir do início do século XX, grupos políticos, fazendeiros e empresas responsáveis pela colonização da região começaram a intensificar o processo de desapropriação, “limpeza das áreas” e de vendas aos colonos que chegavam.

A Constituição Republicana de 1891 estabeleceu a concessão das terras devolutas ao domínio dos estados a fim de efetivar a posse dessas, com isso, muitos caboclos e outros grupos minoritários foram desapropriados e obrigados a estabelecer outras formas de sobrevivência.

Na citação abaixo é possível observar quais eram os objetivos do estado de Santa Catarina após as normas da constituição, dando ênfase a venda das terras, buscando aumentar a criação de gado e a agricultura do estado.

Machado (2004, p. 139) nos mostra como isso aconteceu

[...] na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto.

Dá-se início a colonização, em meio a desapropriações, conflitos e ações governamentais aumentando o poder mercantil por parte de capital estrangeiro como Brazil Railway Company e a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Abrindo assim o caminho para diversas outras empresas colonizadoras que vão surgindo ao longo do percurso e dos diversos km<sup>2</sup> de terras, prontas para suprir as demandas da colonização no estado catarinense.

Com propagandas de incentivo, as quais deixavam claras que esses povos pudessem continuar estabelecendo uma relação sociocultural de suas raízes nas novas terras, aumentando assim o sentimento de pertencimento e territorialidade. Os escolhidos nesse momento pelas empresas colonizadoras foram os descendentes europeus vindos do estado do Rio Grande do Sul. Dando início a um choque cultural estabelecido pelos povos que já se encontravam nas terras, os caboclos e os colonos.

Segundo Brandt (2011. p. 86), “diferentes concepções de vida, de visões de mundo, de temporalidades e espacialidades, que antes eram independentes, estranhas entre si, passam a coexistir em um mesmo espaço”. Esse espaço passa por modificações socioculturais, os colonos recém-chegados têm sua própria cultura, a sua história, tornando-se um grupo fechado para manter sua originalidade, excluindo os demais grupos já existentes e muitas vezes os expulsando das terras.

O governo via como um sinal de progresso e civilização levando a expropriação direta de quem era chamado de intruso. Sendo estabelecidas relações de poder com organizações, ações e

“comportamentos ditos corretos” dos colonos que vão firmando uma relação de posse e criando o conceito de comunidade pertencente a esse espaço.

Com a atuação das empresas colonizadoras que foram as principais responsáveis pelas propagandas e vendas das terras principalmente entre os séculos XIX e XX nota-se também as alterações na natureza. Os indígenas e os caboclos que habitavam as terras anteriores a esse processo, utilizavam a natureza apenas para sua subsistência, sem destruí-la. Com a chegada do chamado progresso civilizador esse quadro ambiental muda drasticamente, é necessário abrir a mata, derrubar as árvores para que o plantio agrícola e as pastagens sejam realizadas com maior eficácia, o gado que chega e se reproduz rapidamente, precisa de espaço e alimento.

Outro fator que sofreu com as mudanças foi a criação de animais à solta, as roças passaram a ser devastadas pelos animais criados desta forma, levando aos cercamentos das terras, ao fechamento desses animais e principalmente a delimitação do território como privado. Os caboclos passaram a ser hostilizados pelo novo sistema que se instalou, passando a ser o intruso nas terras onde habitava a séculos, sendo obrigado a se retirar.

A floresta também era alvo de cobiça das empresas responsáveis pela colonização, muitas dessas empresas montaram suas próprias serrarias e madeireiras visando o lucro com a madeira derrubada, tendo como principal comprador a vizinha Argentina. Desde a imigração alemã de 1824 a 1914 e a italiana de 1874 a 1914, o período de intensidade do desmatamento no Rio Grande do Sul e do fim desses recursos junto ao aumento demográfico e ao esgotamento do solo, o Oeste catarinense passou a ser alvo da migração desses descendentes alemães e italianos.

Nodari (2012, p. 251) esclarece:

Os teutos e itálos brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, se constituíram no principal alvo, pois já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e tinham se mostrado, como foi definido pelo jornal República, em 1932, como “morigerados e trabalhadores”. Para as companhias colonizadoras era um negócio financeiramente atrativo e, no caso de algumas delas, como a Souther Brazil Lumber and Colonization Company, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia., a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. e a Companhia Territorial Sul Brasil, o governo concedia as terras devolutas em troca da construção de estradas. Com exceção da Souther Brazil Lumber and Colonization Company, os proprietários das demais colonizadoras eram do Rio Grande do Sul e várias delas, possuíam madeireiras nos dois estados. Com a redução das reservas florestais em determinados locais eles iam se deslocando em busca de matéria-prima.

Percebe-se claramente a devastação da floresta e as diversas formas de desmatamento ocorridos, a colonização e a reforma agrária a partir de 1970 com assentamentos criados pelo

INCRA com diversas formas de se efetivarem, exploração e comércio da madeira, expansão da monocultura de pinus e eucaliptos, expansão das atividades agropastoris em pequena, média e longa escala. As usinas hidrelétricas que também contribuíram para aumentar os índices de desmatamento das florestas que ainda restavam em algumas regiões dos estados de Santa Catarina na divisa com o Rio Grande do Sul. Para conter o avanço da destruição das florestas, foram tomadas algumas medidas de conservação e proteção criadas a nível estadual e federal, mas essas não foram suficientes para acabar com a aniquilação da mata.

Nodari (2012, p. 260) nos chama a atenção para os principais interesses nesta questão.

Sempre que os interesses econômicos de uma minoria se sobrepuserem aos interesses maiores da sociedade, os reflexos repercutem não somente nos seres humanos, mas em toda a natureza. As florestas acabam sucumbindo, e com elas se vai a sua biodiversidade e se perdem as perspectivas diferenciadas de sustentabilidade.

Evidente que a ação humana impensada trouxe consequências particularmente graves desse desequilíbrio de poder. As florestas não são apenas recursos naturais valiosos, mas também desempenham papéis essenciais na manutenção da biodiversidade e na sustentabilidade ambiental. Sua destruição representa uma perda não apenas em termos materiais, mas também em termos de equilíbrio ecológico.

A busca exclusiva pelo benefício econômico de uma minoria pode impedir a implementação de práticas mais responsáveis e de longo prazo que beneficiam toda a sociedade e o meio ambiente. Percebe-se a importância de considerar as consequências de longo prazo de nossas ações, tanto para os seres humanos quanto para o mundo natural em que habitamos.

Fazendo uma análise do texto da professora Dr<sup>a</sup> Sueli Angelo Furlan podemos ver uma perspectiva de melhoramento em relação ao grande desmatamento já ocorrido no Brasil, com o estudo realizado de algumas abordagens de conservação das florestas tropicais que vêm sendo aplicadas e buscando entender dentro do conceito de territorialidade e territorialização dessas florestas em algumas regiões, as permanências e transformações realizadas cultural e socialmente dos diferentes povos que habitam e sobrevivem desse meio.

Furlan (2006) faz uma análise social das florestas, enfatizando que as florestas naturais são florestas culturais.

As florestas naturais na verdade são florestas culturais, florestas informadas pela cultura de diferentes povos que desenvolveram práticas sociais adequadas e conhecimentos sobre o funcionamento destes ecossistemas e utilização de seus

recursos numa ampla gama de formas de manejo que garantem a sustentabilidade. (Furlan 2006, p. )

Essas florestas analisadas e estudadas são espaços ocupados por povos de cultura milenar e tradicionais, áreas indígenas ou regiões de comunidades ribeirinhas, quilombolas, seringueiros entre outros grupos que tem em sua essência a cultura tradicional, que ocupam a terra ou a floresta de forma ainda compartilhada, usufruindo dos recursos naturais existentes de forma consciente e sem efetivar a privatização das áreas que servem de sustentação para todas as comunidades. A autora enfatiza ainda que no Brasil o estudo sobre o tema é pertinente dada a extensão e relevância ambiental das florestas. Em âmbito geral as florestas culturais existentes têm como primazia o uso comunitário evitando a utilização excessiva dos recursos naturais, levando em consideração a ideia de pertencimento a esse território.

No que se refere às questões socioambientais, as sociedades tradicionais envolvidas fazem o uso consciente da terra e das florestas. A sustentabilidade, a conservação do solo, o ordenamento comunitário, os sistemas e as normas se tornam burocratizados através de cooperativas, desta forma se tem valorização e reafirmação das identidades culturais e sociais que as envolvem em todos os processos.

Embora com toda organização e burocratização internas, as florestas culturais explicadas por Furlan, têm seu reconhecimento e importância, mas ainda se encontram como empecilho às políticas públicas e questões governamentais que se tornam entraves para um bom desenvolvimento e suas ampliações. Entre os problemas encontrados, podemos citar a luta por manter ou para organizar as estratégias de preservação, a proteção em geral das florestas, a corrupção e a busca por lucros de grupos particulares envolvidos, a falta de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal e políticas de proteção ambiental. É importante frisar que a criação de ONGs e órgãos de representatividade desses grupos, são também de responsabilidade e investimentos governamentais.

Segundo Furlan: “No Brasil em particular a maioria dos projetos que estamos acompanhando são conquistas sociais locais que se constroem no embate social pelo direito à permanência e uso comum dos recursos” (Furlan 2006, p. 07). Um dos principais motivos estabelecidos pelas empresas privadas, na busca de obtenção de mais e mais lucros, é o desvio da preservação, buscando conseguir aumentar o agronegócio.

Nas florestas da Mata Atlântica e da Amazônia, projetos foram estabelecidos visando ampliar a perspectivas das florestas culturais.

Segundo Furlan (2006, p. 08):

A ideia básica da maioria dos projetos é desenvolver um tipo de atividade agrária que combine com o manejo da floresta em pé entendendo as florestas como espaços e recursos naturais de uso comum, geração de renda e permanência das comunidades em seus lugares tradicionais.

O objetivo principal desses projetos citados é a criação de uma geração de renda que possa ao mesmo tempo permitir a permanência das comunidades locais e preservar seus territórios tradicionais, buscando não comprometer a integridade das florestas. Para uma melhor eficácia dos projetos elencados, é necessário uma abordagem sustentável e de conservação, buscando a integralidade a todos os níveis envolvidos, as comunidades e as florestas. Levando a esses grupos que vivem e sobrevivem dessas áreas, a ideia de pertencimento e de territorialidade, buscando conscientizá-los nos mais diversos setores como, territorial, cultural, social e tradicional.

Para o uso consciente das florestas e em busca de solucionar os problemas a elas estabelecidas, na América do Sul estão sendo analisados 100 projetos, os quais visam como alternativas, os sistemas agrofloretais, onde o manejo sustentável dessas florestas seria uma das soluções mais viáveis.

Os sistemas agrofloretais são a modalidade de uso sustentável das florestas tropicais que mais aparecem no rol de projetos inventariados. Esse tipo de sistema tem sido uma alternativa para produzir alimentos, madeiras e outros produtos não madeireiros através do manejo de florestas nativas e plantadas. Através dele procura-se desenvolver atividades produtivas buscando garantir a manutenção das funções ecológicas das florestas tropicais. A articulação entre sistemas agrofloretais, geração de renda e segurança alimentar é possível e seu êxito depende fundamentalmente do trabalho das comunidades e das iniciativas que promovam a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências locais (Furlan, 2006, p. 09).

O manejo sustentável das florestas tropicais, é uma das abordagens colaborativas, o sistema agroflorestral colaborativo tem como função conservar os recursos e as áreas naturais e ao mesmo tempo busca atender às necessidades das comunidades locais envolvidas. Levando a manutenção das funções ecológicas que se tornam essenciais para as florestas tropicais, mas, tem como pano de fundo a utilização e a produção de diversos produtos.

No Brasil, segundo a autora, diversos são os órgãos responsáveis para auxiliar nos projetos desenvolvidos, mas podemos dizer que os problemas maiores estão na falta de conhecimento e de interesse das pessoas em relação ao cultivo diferente e sustentável desses produtos, o imediatismo

capitalista torna-se um dos entraves do desenvolvimento deste sistema, juntamente como a questão fundiária e o não reconhecimento por esferas governamentais e particulares das terras comunais.

No Oeste Catarinense, na cidade de São Lourenço do Oeste, região Sul do Brasil, está localizado o Sítio Aborígene, um sítio agroflorestal, destacando diversas formas de apresentar seus produtos e de levar conhecimento a todos desta forma de lidar com a natureza e de ao mesmo tempo preservar. Todos os produtos produzidos no local são comercializados em feiras ou em visitas ao sítio, são organizadas cestas ecológicas para quem tiver interesse de adquirir. O ecoturismo também se destaca no sítio, desenvolvendo cursos e apresentações para visitantes, algumas escolas da região desenvolvem projetos relacionados ao tema, agendando visitas e assim buscando auxiliar na divulgação do sítio e na importância do trabalho desenvolvido, principalmente dando ênfase a preservação. Outras atividades se destacam no sítio como, a apicultura, meliponicultura, a produção de shitake, cerveja artesanal, sendo o cultivo realizado com sementes crioulas. O Sítio está localizado a 5,5 km do centro da cidade, de fácil acesso e desenvolvendo uma prática agroflorestal muito importante.



**Figura 1:** Visita dos alunos da EEB Sórora Angélica ao Sítio Aborígene - SLO  
Fonte: : acervo da Escola de Educação Básica Sórora Angélica



**Figura 2:** Produção de Shiitake do Sítio Aborígene - SLO  
Fonte: acervo da Escola de Educação Básica Sórora Angélica

Furlan destaca ainda que esses modelos ou o uso desses recursos tem objetivos e interesses diversos, gerando conflitos e desafios e faz uma verificação dos principais regimes desenvolvidos, “encontrando quatro regimes principais de propriedade descritos pela literatura: o acesso livre, a propriedade comunal, a propriedade privada, a propriedade estatal” (Furlan, 2006, p. 12).

Destaca-se que a abordagem das Florestas Culturais no Brasil, embora tardia em relação a outros países sul-americanos, representa um passo significativo no reconhecimento dessas áreas como florestas produtivas. Os projetos incentivados, tanto por recursos públicos quanto privados, demonstram um esforço coletivo para integrar essas florestas ao contexto econômico e ambiental do país.

No entanto, a complexidade dos interesses envolvidos e a necessidade de equilibrar objetivos diversos tornam essa tarefa desafiadora. A existência de diferentes regimes de propriedade

adiciona uma complexidade e um potencial conflito. Assim, a implementação de projetos de manejo de Florestas Culturais deve considerar essas dinâmicas para alcançar uma gestão sustentável e inclusiva que respeite os múltiplos interesses dos diversos atores envolvidos.

## Referências

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012, 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. Ambient. soc., 2008 11(2), p. 323–340, 2008.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade. *Agrária*, São Paulo, no3, pp. 3-15, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, v. 10, p. 29–51, 2002.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História. Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 9, p. 134-148, 2010.

\_\_\_\_\_. As florestas do Sul do Brasil entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et. al. **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241 - 260.

SÍTIO ABORÍGENE. [sítioaborigene.com.br](https://sítioaborigene.com.br), 2024. Disponível em: <https://sítioaborigene.com.br/> acesso em: 01/05/2024.